

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 5 – Número 0301 – 01/05 à 05/05/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
 - Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
 - Notícias do Ministério Público do Trabalho
 - Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
 - Dados estatísticos de Fiscalização
-

Destaque da Semana

[Acidentes de Trabalho caem 25,6% no Brasil em 10 anos](#)

Ministério da Previdência Social - 04/05/2023

Em uma década, os acidentes de trabalho tiveram queda de 25,6% no Brasil. Passaram de 720.629 registros, em 2011, para 536.174 registros, em 2021 (184.455 acidentes a menos). Os dados são do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho 2021, lançado nesta quinta-feira (4), durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS). Em termos relativos, também há queda. O total de acidentes para cada grupo de mil empregados passou de 13,9 (2011) para 10,2 acidentes (2021).

“Os dados mostram que apesar de ter havido um crescimento em comparação ao ano de 2020, os registros voltam à tendência de queda histórica, quando comparados com o ano de 2019”, explicou o coordenador geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade, Alexandre Zioli Fernandes.

A publicação mostra também o impacto da pandemia da Covid-19 nos registros de afastamentos por doenças do trabalho em 2021, registrando a segunda maior quantidade anual nos últimos 10 anos, com 19.348 casos. O recorde histórico ocorreu em 2020, quando houve 33.575 casos. Comparados ao ano de 2019, anterior à pandemia, os acidentes por doença do trabalho aumentaram 234,6% no ano de 2020 e 92,8%, em 2021.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Supremo mantém licença não remunerada para servidores em mandato sindical em Goiás](#)

Supremo Tribunal Federal - 02/05/2023

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve lei do Estado de Goiás que prevê licença sem remuneração para servidores estaduais em exercício de mandato sindical. A decisão unânime foi tomada na sessão virtual encerrada em 17/4, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7242, ajuizada pela Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol). No voto condutor do julgamento, o ministro Gilmar Mendes, relator, destacou o direito constitucional dos dirigentes sindicais de não sofrerem represálias ou limitações em suas atividades. No entanto, a Constituição Federal não garante a remuneração para essa atuação sindical.

[80 anos da CLT: relação entre democracia e trabalho marca última parte do seminário no TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/05/2023

A democracia e as relações de emprego e de trabalho no Brasil foram debatidas, nesta quinta-feira (4), no “Seminário 80 anos da CLT – Dignidade e Justiça Social”. O trabalho análogo à escravidão e os direitos trabalhistas adquiridos pela CLT foram destaque na apresentação do senador da República Paulo Paim (PT-RS) e do diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), ministro Mauricio Godinho Delgado, do Tribunal Superior do Trabalho.

[Trabalho verde é destaque no Podcast Trabalho em Pauta](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/05/2023

As mudanças climáticas afetam direta e indiretamente todos os segmentos do mercado de trabalho. Poluição, desmatamento e escassez de água causam prejuízos sociais e econômicos, além de transformarem a forma de produção e os hábitos de consumo. Esse cenário é tema do quinto episódio da sexta temporada do podcast “Trabalho em Pauta”, que destaca o trabalho verde.

[Atendente com doença autoimune rara será indenizada por alteração no plano de saúde](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/05/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu pelo pagamento de indenização por danos morais a uma representante de atendimento que sofre de doença grave e rara e teve o plano de saúde alterado para pior pela Almax do Brasil Telemarketing e Informática S.A. Para o colegiado, a situação atentou contra a dignidade, a integridade psíquica e o bem-estar da empregada.

[Alegação de prejuízos não é suficiente para anular acordo homologado em ação trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/05/2023

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou a ação pela qual uma motorista pretendia anular um acordo homologado com a Primeira Classe Transportes Ltda., microempresa de Rio Verde (GO), alegando que teria sofrido prejuízos com a decisão. Segundo o colegiado, o acordo homologado judicialmente só pode ser rescindido quando ficar comprovado que houve vício de vontade, não bastando o arrependimento posterior.

[Presidente do TST defende CLT como instrumento de organização, e não de dominação social](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/05/2023

“Foi a CLT que deu aos trabalhadores brasileiros uma identidade - a carteira de trabalho. Trata-se de prova viva do Direito como instrumento de organização, e não de dominação social”, afirmou, nesta quarta-feira (3), o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, na abertura da sessão solene comemorativa aos 80 anos da Consolidação das Leis do Trabalho. O evento, no edifício-sede do TST, em Brasília, reuniu autoridades dos três Poderes.

[3ª Turma admite exclusão de cláusula de quitação geral de acordo extrajudicial](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/05/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recursos contra duas decisões em que as instâncias anteriores haviam homologado parcialmente acordos extrajudiciais, excluindo apenas as cláusulas que previam a quitação ampla do contrato de trabalho. Para a maioria do colegiado, é possível ao juiz validar as cláusulas relativas a verbas rescisórias, sobre as quais não há controvérsia, e excluir as que considerar ilegais, abusivas ou fraudulentas.

[Sem prova de que jornada excessiva gerou dano existencial, motorista não receberá indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/05/2023

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho retirou a condenação da Mantiqueira Alimentos Ltda., de Itanhandu (MG), ao pagamento de indenização a um motorista em razão da jornada extenuante de trabalho. De acordo com o colegiado, a prestação de horas extras habituais, por si só, não caracteriza o dano existencial alegado pelo empregado.

Notícias do Executivo

[Ministro do Trabalho e Emprego dá posse ao novo superintendente Regional do Trabalho do DF](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/05/2023

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal tem novo superintendente. Tomou posse, nesta sexta-feira (5), Jackson da Silva Azara. A solenidade foi realizada na sede do Ministério do Trabalho e Emprego em Brasília, com a presença do ministro Luiz Marinho, que afirmou que a SRTE tem sido fundamental na fiscalização do análogo à escravidão no Brasil. “Nossa missão é evitar o trabalho degradante, a super exploração”, frisou o ministro.

[SRT da Bahia lança projeto “Superintendência Itinerante” para atender e orientar cidadãos sobre os serviços de atendimento do MTE](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 04/05/2023

A Superintendência Regional do Trabalho da Bahia, lançou, na semana dos trabalhadores, o projeto “Superintendência Itinerante”, no intuito de orientar o cidadão, sobre os serviços de atendimento prestados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como concessão de seguro-desemprego, emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), requerimento de registro sindical e orientação trabalhista.

[Ministro Luiz Marinho assina Projeto de Lei sobre a Política de Valorização do Salário Mínimo](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 04/05/2023

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, assinou digitalmente, nesta quinta-feira (4), o Projeto de Lei que trata sobre a Política de Valorização do Salário Mínimo a vigorar a partir de 2024. O PL prevê que os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada nos 12 meses encerrados em novembro do exercício anterior ao do reajuste, acrescido da taxa de crescimento real do PIB do segundo ano anterior ao ano de referência.

[Conselho propõe ampliação da transparência de taxas e custos dos consignados](#)

Ministério da Previdência Social - 04/05/2023

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou, por unanimidade, na tarde desta quinta-feira (4), em Brasília, resolução que recomenda ao INSS a adoção de medidas para ampliar a transparência de taxas e custos dos empréstimos consignados, do cartão de crédito e do cartão consignado para beneficiários do INSS. A reunião foi presidida pelo ministro da pasta, Carlos Lupi.

[MPS, INSS e OAB instituem grupo de trabalho para otimizar atendimento de demandas judiciais](#)

Ministério da Previdência Social - 02/05/2023

Para otimizar o atendimento às demandas judiciais, o Ministério da Previdência Social e o INSS instituíram, em conjunto com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a criação de um grupo de trabalho. A assinatura do acordo ocorreu nesta terça-feira (2), na sede da autarquia, em Brasília (DF). O GT deve propor medida para atendimento diferenciado aos advogados a fim de diminuir o fluxo de pessoas nas agências e dar mais celeridade aos processos represados.

[Piso previdenciário será de R\\$ 1.320 a partir deste mês](#)

Ministério da Previdência Social - 02/05/2023

O piso previdenciário, valor mínimo dos benefícios do INSS (aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte), passa a ser de R\$ 1.320,00, a partir de 1º de maio - acompanhando o novo valor do salário-mínimo nacional vigente, publicado na MP

nº 1.172/23. Ao longo de 2023, o novo valor corresponderá a um aumento de R\$ 3,29 bilhões na renda dos beneficiários do INSS que recebem benefícios iguais ao salário-mínimo. Esse cálculo considera somente os benefícios do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS), ou seja, não incluem benefícios assistenciais, como BPC/LOAS.

[Convocatória para Conferência Livre Nacional de Saúde do Trabalhador](#)

Fundacentro - 05/05/2023

A Conferência Livre Nacional de Saúde do Trabalhador, etapa preparatória da 17ª Conferência Nacional de Saúde, ocorre em 24 de maio, das 9h às 17h, na Fundacentro, em São Paulo/SP, em formato híbrido. Os organizadores convocam gestores e usuários da Saúde; trabalhadores; movimento sindical; movimentos sociais e seus atores; e demais interessados para participarem desse debate. A reflexão parte do tema central da 17ª CNS - “Garantir Direitos e Defender o SUS, a Vida e a Democracia – Amanhã Vai Ser Outro Dia” - para discutir a relação entre saúde, trabalho e adoecimento. Não é possível pensar a saúde sem refletir sobre seus determinantes sociais. Nesse sentido, é essencial olhar para o mundo do trabalho e suas complexidades.

[Subnotificações de acidentes de trabalho no setor da saúde foram discutidas por autoridades no MPT](#)

Fundacentro - 05/05/2023

O presidente da Fundacentro, Pedro Tourinho Siqueira, participa da audiência pública “Redução das Subnotificações de Acidente do Trabalho e Agravos à Saúde em Instituições”, ocorrida no Ministério Público do Trabalho (MPT), em São Paulo – SP. O evento, promovido pela Autuação Estratégica Trabalhista Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), discute os problemas da subnotificação de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) de hospitais e instituições de saúde.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Justiça suspende regra em convenção que restringe contratação de aprendizes e pessoas com deficiência para atuarem em penitenciárias na BA](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/05/2023

A Justiça do Trabalho da Bahia suspendeu cláusula de Convenção Coletiva de Trabalho que restringe a contratação de aprendizes e pessoas com deficiência para atividades operacionais em penitenciárias. A convenção foi firmada pelas empresas Reviver e Socializa e o Sindicato dos Agentes Disciplinares Penitenciários e Agentes Socioeducadores Empregados Temporários e Contratados em Regime Especial Administrativo do Estado da Bahia (Sindap-BA). A decisão liminar é do dia 28 de abril e atende pedido formulado pelo Ministério Público do Trabalho na Bahia (MPT-BA) em ação anulatória de cláusula convencional.

[Liminar suspende cláusulas de convenção que restringem contratação de aprendizes e pessoas com deficiência para vagas de vigilantes](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/05/2023

A Justiça do Trabalho da Bahia suspendeu cláusulas de Convenção Coletiva de Trabalho firmado pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Valores dos Estados da Bahia e Sergipe (Sindevalores) e pelo Sindicato dos Empregados de Carro Forte e Transporte de Valores do Estado da Bahia (Sindforte) que exclui a função de vigilante da base de cálculo para contratação de aprendizes e pessoas com deficiência. A decisão liminar é do dia 28 de abril e atende pedido formulado pelo Ministério Público do Trabalho na Bahia (MPT-BA) em ação anulatória de cláusula convencional.

[Cerca de 60 mil foram resgatados do trabalho escravo de 1995 a 2022](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/05/2023

Com a participação de sobreviventes da escravidão contemporânea, gestores públicos e autoridades, a cerimônia da atualização do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas foi realizada, nesta terça-feira (25), na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), em Brasília. A plataforma é desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no âmbito da iniciativa SmartLab de Trabalho Decente. O evento, presidido pela vice-procuradora-geral do Trabalho, Maria Aparecida Gugel, foi transmitido ao vivo pelo YouTube.

[MPT-RJ participa de audiência com empresas que não cumprem a Lei da Aprendizagem Profissional](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/05/2023

O Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) participou na quarta-feira (26) de uma audiência conjunta para orientação de empregadores com estabelecimentos no Município do Rio de Janeiro que constam em sistema em descumprimento da cota de aprendizes. O encontro foi promovido pela fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), do Ministério do Trabalho, e pela prefeitura do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (SMTE), e contou com a presença da procuradora do MPT-RJ, Dulce Martini Torzecki, do secretário municipal da SMTE, Everton Gomes, e do superintendente da SRTE, Alex Bolsas.

[Dia do Trabalhador e da Trabalhadora: CLT completa 80 anos](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/05/2023

Em 1º de maio de 1943, há exatos 80 anos, o Brasil registrava uma conquista social muito importante: a sanção, pelo então presidente Getúlio Vargas, do Decreto-Lei 5.452, de criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), um compilado das normas trabalhistas existentes que também definiu direitos e deveres dos empregados e empregadores. Ao longo desses anos, ela passou por uma série de alterações, que até hoje dividem opiniões.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Câmara aprova projeto que prevê salários iguais para homens e mulheres](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/05/2023

A Câmara dos Deputados aprovou na sessão deliberativa desta quinta-feira (4) proposta que institui medidas para tentar garantir a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens na realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função. O texto segue agora para análise do Senado.

[Graças à atuação do SINAIT, Congresso mantém veto a projeto que limitava descon-sideração da personalidade jurídica](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 02/05/2023

Graças à atuação do SINAIT, o Congresso Nacional manteve o veto integral a um projeto de lei que limitava a desconconsideração da personalidade jurídica, na sessão do dia 26 de abril. O Projeto de Lei 3.401/2018 foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 21 de novembro de 2022, mas foi totalmente vetado pela Presidência da República. Amparado em Nota Técnica – [leia aqui](#), que foi encaminhada a todos os parlamentares, o Sindicato alertou que a matéria, ao sujeitar a desconconsideração da personalidade jurídica ao Poder Judiciário, retirava dos órgãos dotados de poder de polícia administrativa essa competência.

[SINAIT participa da primeira reunião do grupo de trabalho que debate o aumento da licença-paternidade](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 02/05/2023

A Auditora-Fiscal do Trabalho Érika Medina representou o SINAIT na primeira reunião do grupo de trabalho criado na Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados para debater a ampliação do período de licença-paternidade no Brasil. O encontro ocorreu na quinta-feira 27 de abril. O período de licença-paternidade previsto na Constituição Federal foi ampliado de cinco dias úteis para 20 dias corridos pela Lei 13.257/2016. A prorrogação, no entanto, não é obrigatória, sendo aplicável somente às empresas inseridas no Programa Empresa Cidadã.

Notícias do e-Social

[Salário mínimo de maio/23: suspenso o envio de eventos de remuneração S-1200 da competência MAIO/2023 até publicação da portaria com tabelas de alíquotas do INSS e salário-família](#)

eSocial - 04/05/2023

A recepção dos eventos S-1200 (Remuneração de trabalhador vinculado ao Regime Geral de Previd. Social) da competência MAIO/2023 está suspensa até que seja publicada a portaria governamental que reajusta as faixas salariais que definem as alíquotas de desconto previdenciário do segurado (alíquotas progressivas de 7,5% a 14%) e o direito a percepção de salário família, após ter sido estabelecido novo valor para o salário mínimo, a partir de maio/23. Tal medida se faz necessária porque o eSocial precisa da tabela de alíquotas atualizada para retornar os eventos de totalização S-5001 para os empregadores.

[Salário mínimo de 1º de maio: veja como registrar o reajuste no eSocial Doméstico](#)

eSocial - 04/05/2023

Medida Provisória 1172/23 reajusta o salário mínimo para R\$ 1.320 a partir de 1º de maio de 2023. A MP foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União nesta segunda-feira (1º). O reajuste será de 1,38% em relação ao valor vigente em abril (R\$ 1.302) e de 8,91% em relação a dezembro de 2022 (R\$ 1.212).

Outras Notícias

[Não, o STF não julgará processo que proíbe a demissão sem justa causa](#)

Consultor Jurídico - 07/05/2023

No Brasil, para que as Convenções Internacionais se tornem aplicáveis, é preciso a manifestação do Congresso Nacional e do Presidente da República. Qualquer compromisso externo, portanto, somente pode ser assumido pelo Estado mediante manifestação da vontade nacional, que, no Brasil, se dá através da aprovação do Congresso Nacional. É o que prevê a Constituição Federal no seu artigo 49, I.

[Penhora de milhas aéreas é autorizada em execução de dívida trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 07/05/2023

Em decisão ainda passível de recurso, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR) deu provimento ao recurso de um trabalhador e autorizou a penhora dos pontos ou milhas aéreas porventura existentes em nome dos devedores de um processo em execução desde 2019.

[Exercício do direito à liberdade sindical sufocado pelo Supremo Tribunal Federal](#)

Consultor Jurídico - 05/05/2023

O exercício do direito à liberdade sindical pressupõe a existência de pensamento livre, que guarda relação direta com a impossibilidade de controle de opções políticas dos trabalhadores. Por essa razão, de acordo com a Convenção nº 87 da OIT, fala-se em liberdade sindical negativa, representada pelo direito de não se associar e em liberdade sindical positiva, que é o direito de se associar. Em qualquer situação é ve-

dado o controle pelo Estado ou empregador.

[Ação rescisória calcada no artigo 966, VII do CPC e Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 05/05/2023

Não é novidade que a coisa julgada material formada nos processos trabalhistas pode ser desconstituída mediante ação rescisória, que é disciplinada pelo artigo 966 do CPC de 2015. Neste dispositivo são previstas oito distintas hipóteses de admissão da ação rescisória. No presente ensaio, teceremos considerações acerca dos pressupostos de admissibilidade da ação rescisória ajuizada com fundamento na descoberta de “prova nova” (artigo 966, VII, do CPC/2015).

[Uso de prova por geolocalização deve ser analisada cuidadosamente pela Justiça](#)

Consultor Jurídico - 04/05/2023

A utilização de prova digital de geolocalização para confirmação de jornada de trabalho em ação judicial tem gerado debate na comunidade jurídica e o Poder Judiciário trabalhista está sendo obrigado a se adequar rapidamente às mudanças tecnológicas e, sobretudo, a dirimir as questões que surgem no dia-a-dia do trabalhador e da empresa.

[TRT-11 condena trabalhadora e empresa por litigância de má-fé](#)

Consultor Jurídico - 04/05/2023

O juízo pode aplicar, de ofício, pena por litigância de má-fé quando entender que alguma parte do processo se utilizou dos autos para praticar atos simulados. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região condenou uma trabalhadora e a empresa José Bonifácio Construções pelo litígio intencional visando prejudicar a outra parte ou o próprio Poder Judiciário.

[Substituição do vale-transporte pelo vale-combustível: o que diz a lei](#)

Consultor Jurídico - 04/05/2023

Uma grande dúvida que surge no cotidiano das empresas se refere à substituição do vale-transporte pelo auxílio-combustível, assim como a possível incorporação de tais

valores ao salário do trabalhador. Isso porque, na prática, muitas empresas se utilizam do auxílio ou vale-combustível em permuta ao vale-transporte, esse último tido como benefício utilizado para custear o deslocamento do empregado de sua residência ao trabalho e vice-versa por meio do transporte público.

[Subordinação é essencial para a caracterização de vínculo de emprego](#)

Consultor Jurídico - 04/05/2023

A subordinação é elemento essencial para a caracterização de uma relação de emprego, e, para concretizá-la, o prestador de serviços deve estar sujeito ao poder diretivo e disciplinar do empregador. Com esse entendimento, a 12ª Vara do Trabalho de Curitiba rejeitou o vínculo empregatício entre profissionais liberais e um aplicativo que intermedeia mão de obra para serviços de limpeza doméstica.

[Funcionária que teve férias interrompidas e comissão negada deve ser ressarcida](#)

Consultor Jurídico - 04/05/2023

Por força das provas apresentadas nos autos, a 1ª Vara do Trabalho de São Paulo determinou o pagamento de liquidação trabalhista a uma ex-coordenadora de um centro de pesquisas digitais que teve férias interrompidas, não teve registros funcionais confirmados em contrato e nem direito a comissões referentes ao fechamento de contrato milionário com uma empresa de tecnologia.

[Empresa de vigilância deve indenizar ex-empregado submetido a grosserias](#)

Consultor Jurídico - 02/05/2023

Reconhecendo a prática de assédio moral no caso, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8) acolheu recurso de um ex-empregado e determinou que uma empresa de vigilância o indenize em R\$ 5 mil. O caso aconteceu em Belém (PA). O autor da ação, que atuou como agente de portaria, disse que sofria, assim como os demais empregados, perseguição de seu superior hierárquico, o qual lhe tratava recorrentemente “com rigor excessivo, com punições desproporcionais e injustas”, além de ser tratado com grosseria e humilhação.

[Apesar da reforma de 2017, CLT chega aos 80 anos implorando por uma atualização](#)

Consultor Jurídico - 01/05/2023

Nesta segunda-feira (1º/5), o Brasil celebra o 80º aniversário da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas os motivos para comemoração não são muitos, no entendimento dos advogados trabalhistas ouvidos pela revista eletrônica Consultor Jurídico. Segundo eles, o octogenário texto pede a gritos uma atualização, com a inclusão de direitos de quem não tem vínculos efetivos com empregadores, por causa da nova dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, marcada pela informalidade.

[A contribuição assistencial e a liberdade de filiação sindical](#)

Consultor Jurídico - 01/05/2023

As contribuições sindicais em sentido amplo abrangem a contribuição sindical prevista em lei (artigos 578 a 610 da CLT), a contribuição confederativa (artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988), a contribuição assistencial (artigo 513, e, da CLT) e a mensalidade sindical (artigo 548, b, da CLT).

[Mãe de filho autista consegue redução de jornada sem prejuízo salarial](#)

Migalhas - 07/05/2023

O acórdão de relatoria da desembargadora Daniele Santa Catarina confirmou decisão da 11ª vara do Trabalho de Vitória/ES, que concedeu a uma empregada pública a redução de 50% de sua carga horária sem diminuição da remuneração mensal e sem compensação de horário. A medida permite que a trabalhadora dedique mais tempo aos cuidados do filho, diagnosticado com TEA - Transtorno do Espectro Autista.

[TRT-5: Loja de equipamentos indenizará funcionária por assédio sexual](#)

Migalhas - 06/05/2023

A 3ª turma do TRT da 5ª região condenou uma loja de equipamentos de academia de Salvador/BA a indenizar por danos morais uma vendedora vítima de assédio sexual por parte de colegas e do superior hierárquico. A decisão é baseada no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ, que estabelece o valor de aproximadamente R\$ 60 mil para indenização, reformando, assim, a sentença de 1º grau.

[Projeto de lei quer rever pontos da reforma trabalhista](#)

Migalhas - 05/05/2023

Uma das promessas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na campanha eleitoral era rever a reforma trabalhista. Após mais de 100 dias, o governo busca negociar com sindicatos e entidades patronais alternativas para essa mudança. A reforma, ocorrida em 2017, no governo de Michel Temer, opôs entidades patronais e de trabalhadores. Com a mudança de mais de 100 artigos, o texto flexibilizou alguns direitos, o que acabou enfraquecendo sindicatos e favorecendo negociações individuais.

[Empresa é condenada por boato de demissão de funcionário por furto](#)

Migalhas - 04/05/2023

Uma empresa de prestação de serviços foi condenada a pagar indenização por danos morais de R\$ 5 mil a ex-empregado que provou ter sido alvo de boato por parte do proprietário da empresa. A decisão é do juiz do Trabalho Nelson Henrique Rezende Pereira, titular da vara do Trabalho de Nanuque/MG. O homem trabalhou por cerca de nove anos para a empresa e relatou que “descobriu que sua demissão havia se dado em razão de ter sido falsamente acusado de furto pelo representante da empresa, o que lhe expôs a situação vexatória, impedindo-o de conseguir outros empregos”.

[TRT-2: Devedores solidários devem pagar crédito trabalhista residual](#)

Migalhas - 04/05/2023

O trabalhador que recebe apenas parte do crédito trabalhista em um processo de recuperação judicial pode prosseguir na execução contra os devedores solidários, caso eles existam. O entendimento é da 9ª turma do TRT da 2ª região, em julgamento de agravo de petição contra uma sentença que havia extinguido a execução contra um grupo de empresas do setor de transporte público.

[Empregada de supermercado assediada pelo chefe será indenizada](#)

Migalhas - 03/05/2023

A autora trabalhava em supermercado na capital mineira e era sexualmente assediada pelo chefe. Foi o que constatou a juíza do Trabalho Priscila Rajão Cota Pacheco, em sua atuação na 16ª vara de Belo Horizonte/MG, ao julgar a ação ajuizada pela empregada contra a rede de supermercados. A magistrada reconheceu o pedido da trabalhadora de rescisão indireta do contrato de trabalho, condenando a rede de supermercados ao pagamento das verbas rescisórias decorrentes, como aviso-prévio indenizado, 13º salário e férias + 1/3 integrais e proporcionais e multa de 40% do FGTS. A empresa ainda foi condenada a pagar à profissional indenização por danos morais no valor de R\$ 10 mil. Os julgadores da 10ª turma do TRT/MG aumentaram o valor da indenização por danos morais para R\$ 20 mil.

[CAE aprova nova regra para aposentadoria especial](#)

Revista Proteção - 03/05/2023

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta terça-feira (2) um projeto de lei complementar (PLP 245/2019), que regulamenta a aposentadoria especial por periculosidade. O texto, do senador Eduardo Braga (MDB-AM), estabelece critérios de acesso a segurados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) expostos a agentes nocivos à saúde ou a risco pelo perigo inerente à profissão. A proposta segue para o Plenário em regime de urgência. O relator, senador Esperidião Amin (PP-SC), apresentou relatório favorável e acatou parcialmente 17 das 47 emendas recebidas. Segundo o PLP 245/2019, tem direito a aposentadoria especial o segurado com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, incluídos em lista definida pelo Poder Executivo. De acordo com o texto, deve ser observada uma carência de 180 meses de contribuições.

[Pronunciamento do diretor da OIT Brasil, Vinícius Pinheiro, sobre 80 anos da Consolidação das Leis do Trabalho \(CLT\): uma visão atual e um desafio para o futuro](#)

Organização Internacional do Trabalho - 05/05/2023

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é a espinha dorsal das relações de trabalho no Brasil e, portanto, um dos pilares fundamentais da vida em sociedade e da economia do país. Neste momento em que se comemora seus 80 anos é importante reconhecer que a CLT não é um corpo estanque, ou uma moldura do mercado de trabalho da década de 1940. Como um instrumento vivo, ela tem sido alterada, regularmente, para acompanhar as mudanças estruturantes no mercado de trabalho, da

sociedade e tendências internacionais.

[Seconci-DF lança novo projeto sem custo às empresas, o Seconci Presente](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 05/05/2023

O Serviço Social da Indústria da Construção (Seconci-DF) lançou nesta quinta-feira, 4 de maio, seu mais novo projeto SECONCI PRESENTE – Atendimento médico e psicossocial. O novo serviço visa levar atendimento na área de saúde, serviço social e psicologia aos trabalhadores das empresas do setor no Distrito Federal.

[MP prorroga prazo para regulamentar programa de alimentação do trabalhador](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 03/05/2023

Medida Provisória (MP) editada pelo governo federal na última segunda-feira (1º) prorroga o prazo para regulamentação dos programas de alimentação do trabalhador em um ano. Assinada pelo presidente da República, a MP 1.173/2023 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

[Radar Trabalhista chega à edição especial nº 300](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 02/05/2023

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) divulgou hoje a edição especial do Radar Trabalhista, produzido pela Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) em comemoração a sua 300ª edição. O informativo tem como objetivo fornecer informações atualizadas sobre as questões trabalhistas da construção. Para o presidente da CPRT, Fernando Guedes, o Radar Trabalhista tem sido um importante instrumento para as empresas do setor desde seu lançamento, em 2017.

Atos Normativos

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.172, DE 1º DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 01/05/2023 Seção I Extra Pág. 01) - Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2023;

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.173, DE 1º DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 01/05/2023 Seção I Extra Pág. 01) - Altera o prazo previsto no art. 1º-A da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, referente à operacionalização dos serviços de pagamento e à portabilidade dos programas de alimentação do trabalhador;

[DECRETO Nº 11.513, DE 1º DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 01/05/2023 Seção I Extra Pág. 01) - Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar proposta de regulamentação das atividades de prestação de serviços, transporte de bens, transporte de pessoas e outras atividades executadas por intermédio de plataformas tecnológicas;

[DECRETO Nº 11.514, DE 1º DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 01/05/2023 Seção I Extra Pág. 01) - Institui Grupo de Trabalho Interministerial para a elaboração de proposta de Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens;

[MENSAGEM Nº 173, DE 1º DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 01/05/2023 Seção I Extra Pág. 02) - Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Protocolo Facultativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, adotado em Genebra, em 28 de maio de 2014;

[MENSAGEM Nº 174, DE 1º DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 01/05/2023 Seção I Extra Pág. 02) - Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST), adotada durante a 95ª Conferência Internacional do Trabalho, em maio de 2006;

[RESOLUÇÃO CFM N° 2.331, DE 16 DE MARÇO DE 2023](#) (DOU de 03/05/2023 Seção I Pág. 184) - Regulamenta a concessão de visto provisório para o exercício temporário por até 90 (noventa) dias ao médico que, sem caráter habitual e vínculo de emprego local, venha a atuar em outro estado;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 89, DE 18 DE ABRIL DE 2023](#) (DOU de 04/05/2023 Seção I Pág. 31) - Código do Fundo de Previdência e Assistência Social. FPAS. Associação ou Sindicato Relacionados à Atividade Industrial. IAPC. SESC. SEBRAE;

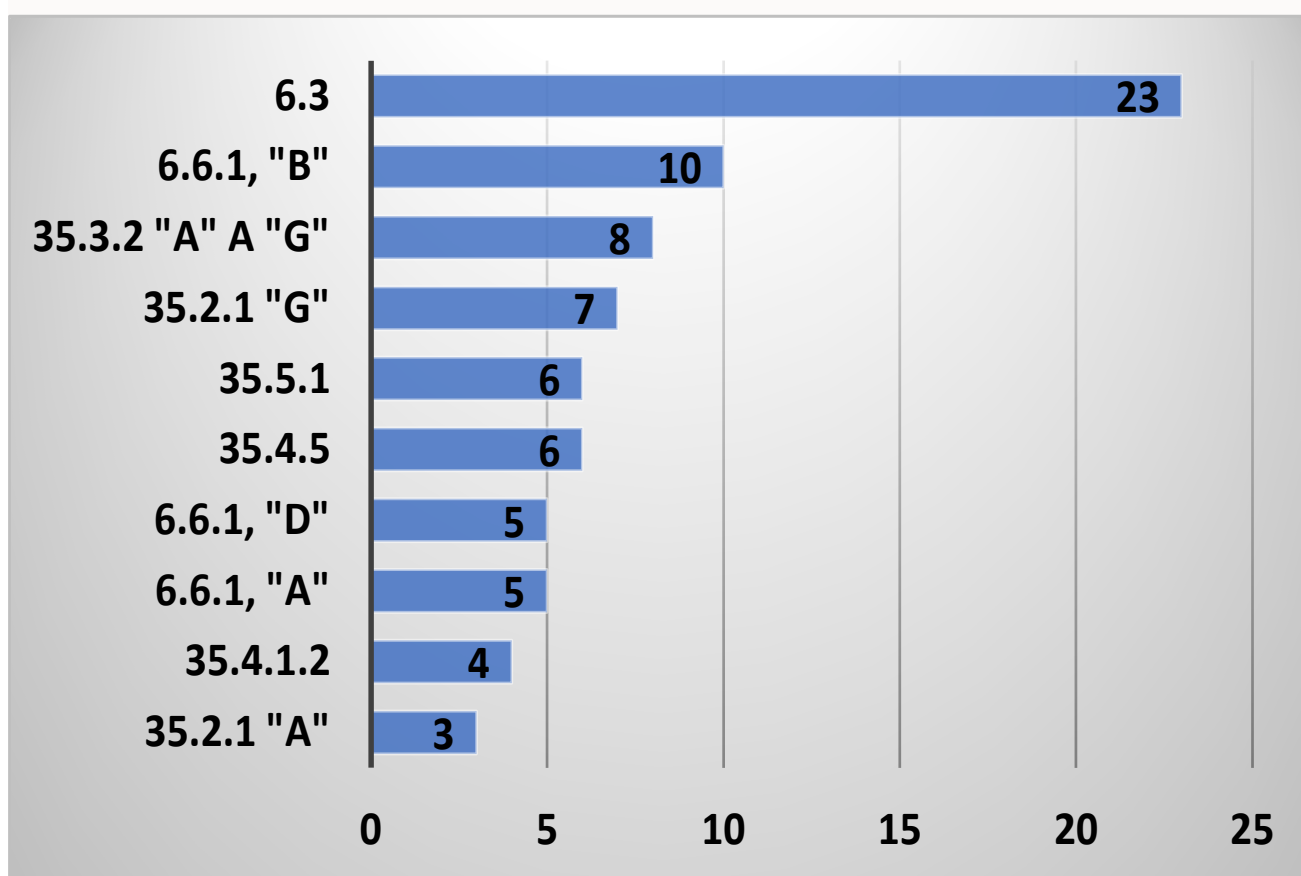
[PORTARIA MTE N° 1.360, DE 4 DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 05/05/2023 Seção I Pág. 326) - Altera a Portaria MTE n° 217, de 3 de fevereiro de 2023, que suspendeu todos os procedimentos de análise, bem como as publicações relativas a processo de registro sindical, pelo prazo de 90 dias. (Processo n° 19964.101529/2023-84);

[DECRETO N° 11.517, DE 4 DE MAIO DE 2023](#) (DOU de 05/05/2023 Seção I Pág. 03) - Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2023.

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-fev):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE

Notificação: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do MTE são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:
b) exigir seu uso;

35.3.2 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR).

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco.

6.6.1 Cabe ao trabalhador, quanto ao EPI:
d) comunicar à organização quando extraviado, danificado ou qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e

6.6.1 Cabe ao trabalhador, quanto ao EPI:
a) usar o fornecido pela organização, observado o disposto no item 6.5.2;

35.4.1.2 Cabe ao empregador avaliar o estado de saúde dos trabalhadores que exercem atividades em altura, garantindo que:

35.2.1 Cabe ao empregador:

a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

OBS.: Informamos que as codificações utilizadas pelo Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE, nem sempre consideram as versões atuais das Normas Regulamentadoras, podendo indicar itens contidos em versões anteriores das normas de segurança e saúde no trabalho.

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula